

MARCAS DE VALORAÇÃO EM CARTAS DE LEITORES: A INSTANCIÇÃO DA CATEGORIA DE AFETO

Bruno de Andrade Rodriguesⁱ

Resumo: A fim de demonstrar a pertinência da Teoria da Valoração a um ensino de leitura que se ocupe com as formas pelas quais a função-autor se manifesta no texto, propomos, neste artigo, um tratamento do gênero discursivo carta do leitor, que faça ver seus aspectos discursivos e interacionais. As cartas de leitores são gêneros discursivos adequados ao ensino de leitura que tenha por objetivo evidenciar aos alunos as marcas da presença do autor em seu texto. Assim, buscaremos não só mostrar a relevância do estudo da carta do leitor à luz de uma perspectiva dialógica, mas também tornar patentes as marcas linguísticas de afeto que ilustram o caráter dialógico-interacional desse gênero.

Palavras-chave: Teoria da Valoração. Gênero textual. Funcionalismo. Cartas de Leitores.

Abstract: In order to show the pertinence of Appraisal Theory to the teaching of reading devoted to the ways through which the author-function manifests itself in the text, we propose, in this paper, a discussion about the genre reader's letter, that points out its discursive and interactional aspects. The reader's letter is an adequate genre to the teaching of reading that aims to highlight to the students the markers of the author's presence in the text. Thus, we will seek not only to demonstrate the relevance of the study of reader's letter in light of a dialogical perspective, but also to acknowledge the role of the language markers of affect in the dialogic-interactional nature of this genre.

Keywords: Appraisal Theory. Genre. Functionalism. Reader's letters.

ⁱ Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).
E-mail: brunolettras@bol.com.br.

Introdução

A produção deste trabalho orienta-se por duas preocupações: uma, de fundo e de ordem pedagógica, qual seja, a de patentear a pertinência da contribuição da Teoria da Valoração, que se desenvolve como um ramo da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF), ao ensino de português, cujas práticas devem tomar por escopo a língua em uso, o que significa dizer a língua funcionando em gêneros textuais diversos, caso se pretenda atingir seu objetivo central, que é o desenvolvimento da competência comunicativa dos falantes nativos; outra, de ordem teórico-metodológica, que consiste em mostrar que a referida teoria pode lançar luzes sobre o modo como a função-autor¹ manifesta-se em textos efetivos.

Para efeito de aplicação da Teoria da Valoração à atividade de interpretação/compreensão textual, tomamos para *corpus* dois exemplares do gênero textual Cartas de Leitores. A escolha desse gênero textual deve-se às seguintes razões: em primeiro lugar, à facilidade de acesso, ou seja, trata-se de um gênero textual que circula em suportes de uso da língua acessíveis ao público em geral; em segundo lugar, o grau de formalidade da variedade linguística em que as cartas são produzidas torna os textos facilmente compreensíveis; em terceiro lugar, sua atratividade temática; e, finalmente, a oportunidade, que nos propicia esse gênero, de patentear aos aprendizes as marcas que dão testemunho da função interpessoal (HALLIDAY; HASAN, 1989).

A próxima seção é destinada à apresentação resumida da Teoria da Valoração. Com vistas a satisfazer as necessidades previstas pelo escopo deste trabalho, cingir-nos-emos a desenvolver exclusivamente a categoria de afeto, cientes, no entanto, de que um estudo mais abrangente, na medida em que pretendesse ilustrar o valor do alcance da referida teoria, não poderia descurar de explorar outras dimensões que aqui serão apenas mencionadas.

¹ Com esta expressão, pretende-se enfatizar que o autor de qualquer texto é uma função do discurso; é construído textualmente. O autor é sempre uma imagem-autor. Sem pretender problematizar a noção de autor, cumpre, apenas, ter em conta o fato de que a instância de autor não se confunde com o autor empírico, ontologicamente determinado. O autor é uma imagem de autor construída pelo texto e pelo próprio leitor durante a leitura. A relação autor-leitor se dá, portanto, com base em representações recíprocas: o autor constrói uma imagem de si e de leitores em potencial, ao passo que o leitor constrói uma imagem do autor.

1 A teoria da valoração

Como um desdobramento da LSF, a teoria da valoração erige seu edifício conceitual e metodológico sobre a metafunção interpessoal da linguagem. Essa teoria ganhou corpo a partir da publicação do artigo *Beyond Exchange* (Além da Troca), escrito por Martin (2000). Nesse trabalho, o autor dialoga com Halliday, patenteando já no título a relação entre a teoria de cuja exposição então se ocupava e a metafunção interpessoal enfocada no capítulo *Clause as Exchange* (Oração como Troca), que se topa no livro *An Introduction to Functional Grammar*. Martin, em seu artigo, mostra-nos que ultrapassa a visão de Halliday ao tratar da oração como domínio da realização da função interpessoal.

A Teoria da Valoração se desenvolve com base em dois níveis de análise: um, restrito, em que se toma o enunciado como unidade mínima de análise textual; outro, lato, em que se considera o texto como totalidade sistêmico-funcional. Destarte, essa teoria assume como pressuposto a ideia de oração como troca, para desenvolver uma abordagem de análise textual que toma por escopo o posicionamento pessoal do autor, esteja ele explicitamente marcado ou pressuposto. A valoração deve ser vista como a capacidade que tem o falante de expressar algum posicionamento de valor calcado sobre seus sentimentos, que variam em grau de intensidade e explicitude (MARTIN; WHITE, 2005, p. 30). Em consonância com um princípio básico da LSF, a expressão da valoração se realiza com base num vasto conjunto de opções que o sistema linguístico põe à disposição do falante, e cada escolha operada é motivada pelo significado que ele pretende produzir e a intenção subjacente à produção.

A Teoria da Valoração, na medida em que sustenta que cada escolha evidencia mais do que se supõe, assume como pressuposto básico a ideia de que não existe enunciado neutro. Todo e qualquer enunciado encerra algum tipo de posicionamento de valor. Também em consonância com a LSF, Martin (2000) argumentará que muitos significados podem ser previstos pelo interlocutor/leitor, se ele dispuser de conhecimentos a respeito dos contextos de situação e de cultura, bem como do gênero textual em cena. Cabe, neste momento, elucidar a relação entre autor, texto e leitor.

Convém ter em conta o fato de que a realização satisfatória dos objetivos perseguidos pelo autor é dependente da interpretação do leitor. Há,

pois, um engajamento de autor e leitor num processo dinâmico de negociação de significados. Nesse processo, o leitor pode ou não produzir o sentido a que visava o autor quando da produção do texto, pois que, ao produzir o texto, o autor também é um produtor de sentido. Ele tem um projeto de dizer, que realiza através de um texto, que é a própria instanciação de significados pretendidos por ele, os quais serão submetidos à negociação com o leitor. A teoria da valoração se alinha com o princípio, bem assentado na esteira de estudos que se ocupam com a descrição dos mecanismos de produção de sentidos de texto/discurso, segundo o qual autor e leitor são coautores do processo discursivo de produção de sentidos.

Lembremos também que, na Teoria da Valoração, não se consideram, para efeito de análise, formas linguísticas isoladas nas avaliações de que se constitui o texto. O objeto de estudo desta teoria é o texto como totalidade funcional.

Segundo Martin & White (2005), o edifício da Teoria da Valoração se sustenta sobre três alicerces, a saber, posicionamento de atitude, posicionamento dialógico e posicionamento intertextual. O posicionamento de atitude recobre as atitudes do autor que se expressam no texto. Essas atitudes abarcam os domínios emocional, ético e/ou estético. O posicionamento dialógico, a seu turno, relaciona-se ao conceito de polifonia, tal como desenvolvido por Bakhtin. Na polifonia, é suficiente que a alteridade seja encenada, o que significa dizer que basta que se representem diferentes perspectivas num mesmo texto para caracterizá-lo como polifônico (KOCH; ELIAS, 2003). Por fim, o posicionamento intertextual diz respeito à possibilidade de o autor evocar, em seu texto, explícita ou implicitamente, textos de outras fontes enunciativas.

Dois outros aspectos fundamentais da Teoria da Valoração precisam ser trazidos à cena, antes de nos determos a considerar o posicionamento de atitude. Martin (2000) adverte-nos que percebemos a realidade segundo a dicotomia conceitual positivo/negativo. Essa forma de perceber a realidade exerce influência sobre as nossas avaliações. Destarte, habitualmente avaliamos pessoas como “boas” ou “más”, “felizes” ou “infelizes”, “agradáveis” ou “desagradáveis”, etc. Ademais, Martin também nos chama a atenção para a necessidade de levar em conta o fato de que as avaliações podem ser expressas de modo explícito ou implícito, donde se segue a importância de saber diferenciar as marcas avaliadoras explícitas das

implícitas. Na Teoria da Valoração, as conexões lexicais servem melhor e com mais frequência à expressão de posicionamento de valor do que o uso de itens gramaticais: “[...] much of appraisal is expressed by lexical choices and there are few grammatical structures that can be seen as having evolved with a primarily evaluative function” (THOMPSON, 2004, p. 75).²

1.1 Posicionamento de atitude

O posicionamento de atitude recobre o modo como atitudes são textualmente expressas, com vistas à construção de identidades textuais. Essas atitudes sinalizam posicionamentos interpessoais que são expressos com mais ou menos clareza. A Teoria da Valoração prevê três parâmetros para a valoração de atitude: **afeto**, **juízo** e **apreciação**. O parâmetro de afeto relaciona-se a emoções; o parâmetro de juízo, a posicionamento ético; e o parâmetro de apreciação, a conceitos estéticos. Ainda que os adjetivos estejam entre os recursos mais frequentemente usados para expressar a valoração, há muitas outras formas à disposição do falante para expressá-la. Consoante ensinam Martin & White (2005), uma análise do posicionamento de atitude procura dar conta do fato de que usamos enunciados para avaliar positiva ou negativamente pessoas, objetos ou situações.

Vamos-nos deter na explicitação do parâmetro de afeto, único que nos interessará para efeito de análise de nosso *corpus*.

1.1.1 Afeto

O **afeto** é um tipo de posicionamento de atitude que se prende diretamente às emoções do autor do texto. Essa forma de avaliação patenteia o grau de envolvimento emocional que o autor mantém relativamente à pessoa, ao objeto ou à situação representada no texto. O afeto apresenta as subcategorias opostas ‘felicidade/infelicidade’, ‘segurança/insegurança’ e ‘satisfação/insatisfação’. Essas subcategorias podem ser atualizadas no nível lexical por adjetivos, advérbios, verbos e nominalizações. O afeto pode servir à descrição de qualidades de uma pessoa ou do modo como um processo se dá; pode indicar processo (caso em que se expressa, por exemplo, com um verbo

² [...] grande parte da valoração é expressa por escolhas lexicais e há poucas estruturas gramaticais que podem relacionar-se primordialmente a uma função de valoração.

que denota processo mental ou comportamental); pode ainda expressar um comentário (quando ocorre um advérbio modal).

A classificação do afeto também leva em conta modos como sentimentos são sócio-culturalmente classificados em positivos e negativos. Assim, por exemplo, a felicidade é vista como positiva em face da tristeza que recebe uma valoração negativa. Verbos como “sorrir” expressam um sentimento positivamente avaliado, em contraste com verbos como “chorar”, que expressam sentimento negativamente avaliado. O verbo “gostar”, indicativo de processo mental, expressa o afeto positivamente.

Igualmente importante é considerar o mecanismo de gradação na expressão dos sentimentos. Sentimentos há que podem ser lexicalizados sob três graus de intensidade: um grau baixo (livro *bom*), médio (livro *muito bom*) e alto (livro *excelente*).

Ilustrem-se aqui as subcategorias de afeto, anteriormente apontadas³. Para a expressão de felicidade/infelicidade, pode-se propor enunciados como (1) e (2) abaixo:

- (1) Estamos muito felizes com a sua chegada. (felicidade)
- (2) Não fiquei contente com a notícia. (infelicidade)

As subcategorias de segurança/insegurança se atualizam em (3) e (4):

- (3) Estou certo de que tudo ficará bem. (segurança)
- (4) Estou sentindo que não conseguirei o aumento. (insegurança).

Finalmente, a satisfação/insatisfação podem ser inferidas de (5) e (6), a seguir:

- (5) Nosso encontro foi muito agradável. (satisfação)
- (6) Eu não estou gostando do seu comportamento. (insatisfação)

Não podemos nos escusar de notar que a atitude de afeto também pode ser classificada relativamente ao grau de responsabilidade do autor sobre o conteúdo que enuncia. O autor pode projetar um grau de responsabilidade maior ou menor sobre o conteúdo do seu enunciado. Ele pode expressar um posicionamento de valor autoral de afeto, de modo a levar o leitor a assumir uma atitude de cumplicidade com o posicionamento tomado. A expressão de maior ou menor responsabilidade sobre o que se enuncia é recoberta na literatura especializada pelo nome de *modalização*, a qual se caracteriza pela

³ Os enunciados foram forjados por nós.

expressão da adesão do falante ao seu enunciado⁴. Os advérbios de comentário, como *felizmente*, carregam um posicionamento explícito de afeto positivamente modalizado. Pode suceder que o autor não assuma um posicionamento, atribuindo sua atitude a outra fonte. Quem diz/escreve “O prefeito declarou: ‘a cidade está mais segura hoje’” não assume adesão ao enunciado reportado. É preciso distinguir entre a parte que é de responsabilidade do locutor (“O prefeito declarou”) e a sequência que, por aparecer entre aspas, constitui um discurso outro, atribuído ao prefeito (enunciador)⁵.

2 Gêneros discursivos

Principiaremos por Bakhtin (1992), cuja contribuição para o estudo dos gêneros é inegável e tem servido, tradicionalmente, como referência para o desenvolvimento de pesquisas no campo da linguística. Notemos, em princípio, a conhecida definição de gênero do autor: “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominados gêneros discursivos” (BAKHTIN, 1992, p. 262, grifo do autor).

Três são as características definidoras do gênero, consoante Bakhtin, a saber, a composicionalidade, o conteúdo temático e o estilo. O plano da composição, ou composicionalidade, encerra as estruturas linguísticas e semióticas que vários textos pertencentes a um mesmo gênero compartilham entre si. O conteúdo temático tem base ideológica e se torna dizível mediante o gênero. O estilo diz respeito às escolhas linguísticas feitas pelo locutor, além de traços que marcam sua posição enunciativa. Não convém aqui descer a pormenores nesse tocante; vamo-nos cingir a observar que a “estabilidade relativa” dos gêneros a que faz referência o autor não dispensa a consideração da maleabilidade do gênero, de sua riqueza e diversidade que, segundo o próprio filósofo, “[...] são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso [...]” (Ibidem, p.

⁴ Veja-se Meyer (1980).

⁵ É preciso reconhecer casos há em que o locutor que cita pode também ser, em parte, responsável pelo enunciado citado, quando não há fidelidade à materialidade linguística do texto citado, caso em que o locutor, conservando, em essência, o conteúdo, faz escolhas léxico-sintáticas que não foram exatamente as feitas pelo interlocutor do texto citado.

262). A consideração da interpenetração entre vida e língua mediante o uso de gêneros discursivos, os quais perpassam as diversas esferas de atividade humana, constitui um aspecto basilar da abordagem bakhtiniana.

O segundo autor cuja contribuição merece ser considerada aqui é Swales (1990), a quem devemos uma revisão do cenário teórico e descritivo das abordagens de gênero nos campos do folclore, literatura, linguística e retórica. O autor formula sua definição de gênero textual na base das contribuições desenvolvidas nesses quatro campos, tendo sempre em vista a aplicabilidade ao ensino. Nesse tocante, convém atentar para o trecho que se segue:

O primeiro elemento característico dos gêneros é a ideia de classe. O gênero é uma classe de eventos comunicativos, sendo o evento uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e indispensável. O evento comunicativo é constituído do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido (HEMAIS; RODRIGUES, 2005, p. 113).

A segunda característica da definição de Swales que, segundo Herais & Rodrigues (2005), tem especial importância, consiste na ideia de que os eventos têm em comum um propósito comunicativo. O propósito comunicativo é, para o autor, o elemento motivacional de uma ação, estando associado ao poder.

Como fosse interessado também na questão de classificação de gêneros, Swales, reconhecendo que a escolha de um rótulo designativo do gênero feita por uma determinada comunidade linguística pode não corresponder ao propósito que subjaz ao uso desse gênero, advoga que a análise não escusa a atenção ao comportamento comunicativo dos falantes, tornando-se, pois, uma condição indispensável à reflexão adequada sobre as funções dos gêneros.

A ideia de que, pelo estudo do gênero, o estudante pode compreender como participar de ações em uma comunidade constitui um princípio basilar na discussão a que nos propomos neste trabalho. Para Bazerman (1997), gêneros são formas de vida; sistemas para ação social; ambientes para aprendizagem e locais dentro dos quais o significado é construído. Devitt (2004), a seu turno, defende que o gênero permeia a vida humana e acrescenta:

Como as pessoas se ocupam da sua própria vida, interagindo com outros e tentando mover-se no mundo, elas usam gêneros para facilitar seu caminho, para satisfazer expectativas, para economizar tempo. [...] Gêneros têm o poder de ajudar ou prejudicar a interação humana, de facilitar a comunicação ou de enganar, de capacitar alguém para falar ou desencorajar alguém de dizer alguma coisa diferente (DEVITT, 2004, p. 1, tradução nossa)⁶.

Neste passo, está clara a preocupação da autora em salientar a função social que cumpre o gênero na vida dos indivíduos, demonstrando como ele está relacionado às situações comunicativas que se estabelecem, não raro, sobre relações de poder. Nesse sentido, os gêneros podem não só capacitar as pessoas a falarem, como também inibir seu comportamento verbal; eles parecem determinar as oportunidades de contribuição comunicativa dos interlocutores: “gênero tem significância para as vidas das pessoas” (Ibidem, p. 1, tradução nossa)⁷.

3 As Cartas de Leitores: caracterização e análise

A facilidade de acesso, o atrativo temático e o grau de formalidade da variedade linguística constituem os aspectos determinantes da escolha do gênero cartas de leitor na proposta de Bezerra, em seu artigo *Por que cartas do leitor na sala de aula* (2005). Aos três aspectos referidos, acrescentamos a oportunidade, que nos propicia esse gênero, de patentear aos aprendizes as marcas que dão testemunho da função interpessoal (HALLIDAY; HASAN, 1989). Essa função se caracteriza por ser, segundo os autores, “Um meio de ação”⁸ (Ibidem, p. 20, tradução nossa), porquanto todo enunciado “Não é apenas a representação da realidade; é também uma peça de interação entre falante e ouvinte” (Ibidem, p. 20, tradução nossa)⁹.

No seu *Dicionário de gêneros textuais*, Costa (2009, p. 53) inclui o gênero carta do leitor na categoria carta, do que se depreende que se trata de um subgênero do gênero carta, embora de natureza diversa, dadas as formas de sua realização e as intenções com que é produzido. Nas palavras do autor, a

⁶ No original: As people go about their business, interacting with others and trying to get along in the world, they use genres to ease their way, to meet expectations, to save time. (...) Genres have power to help or hurt human interaction, to ease communication or to deceive, to enable someone to speak or to discourage someone from saying something different (DEVITT, 2004, p. 1).

⁷ No original: genre has significance for people's lives (DEVITT, 2004, p. 1).

⁸ No original: a way of acting (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 20).

⁹ No original: [...] is not only a representation of reality; it is also a piece of interaction between speaker and listener (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 20).

carta do leitor pode ser definida como: “geralmente de opinião (argumentativa), circula em jornais e revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre matérias que leu” (COSTA, 2009).

A carta do leitor realiza diversos tipos de atos de fala, tais como agradecer, pedir, intimar, cobrar, elogiar, solicitar, reclamar, criticar, etc. Baseando-se em Melo (1999, p. 1), Bezerra observa que, tomada em sua perspectiva funcional-interativa, “[...] a carta do leitor é um texto que circula no contexto jornalístico, em seção fixa de revista e jornais [...] reservada à correspondência dos leitores” (BEZERRA, 2005, p. 228). Trata-se, pois, de cartas que circulam no domínio público.

Melo nota, a seu turno, que, conquanto sejam produzidas, em sua grande maioria, por leitores anônimos, as cartas de autoridades têm atenção privilegiada, conforme atesta o *corpus* da tese da autora, o qual inclui cartas do jornal Folha de São Paulo. Nesse tocante, afirma a autora: “no nosso *corpus*, apenas 7,5 % das cartas levam a assinatura de “autoridades”. No entanto, uma matéria publicada no jornal **FSP**, em 19/04/98, revela que as cartas de “autoridades” recebem um tratamento privilegiado na imprensa” (MELO, 1999, p. 26).

Fato ilustrativo do poder mediador e estruturador do gênero nas práticas sociais está claro nas formas como se estabelecem a relação entre os leitores e a redação do jornal, conforme nos dá testemunho a mesma autora:

O direito de resposta é um dispositivo legal ao qual as pessoas recorrem quando citadas nas páginas de um jornal, caso sintam-se injustiçadas. Qualquer pessoa, seja ela uma autoridade ou não, tem sempre, assegurado por lei, o direito de resposta, que pode vir a ser publicado no espaço das cartas à redação (MELO, 1999, p. 26).

Outro aspecto interessante, no que toca à relação entre leitor e jornal, diz respeito ao papel do editor, a quem compete decidir não o que deve ser publicado em um jornal, mas o que deve não ser publicado (Melo, 1999, p. 28). A redação do texto pelo leitor deve primar por uma força argumentativa tal, que convença o editor a publicá-lo, mantendo a versão, então, editada o mais fiel possível ao texto original. Observa a autora que:

[...] quando as cartas são longas, por uma questão de espaço, são cortadas. Nesse corte pode haver um novo direcionamento argumentativo, por isso, afirmamos que o jornal também controla o conteúdo da carta [...] (MELO, 1999, p. 28).

Melo chama atenção para a relação assimétrica estabelecida entre leitor e jornal, visto que este se reserva o direito de alterar a forma da carta, suprimir trechos, publicá-la com um título de sua preferência, ou fazê-la acompanhar-se de um comentário ou resposta à queixa do leitor. Bezerra (2005, p. 211), a seu turno, muito perspicazmente, observa que a carta constitui, portanto, um gênero de coautoria, dado que resulta da coprodução pelo leitor e o editor.

Acrescente-se ainda que, até onde pudemos verificar, tanto as cartas publicadas na revista *O Globo* quanto as publicadas na seção *Dos leitores* do jornal *O Globo* devem ser enviadas com referências tais, como endereço e nome completos do leitor, telefone e e-mail.

Para efeito de análise, convém ter em conta o conceito de dialogismo de Bakhtin, o qual consiste nas relações que todo enunciado mantém com os outros, quer com aqueles que o precedem, quer com aqueles que projeta e que lhe servem de resposta. Assim, todo enunciado não só mantém relações com enunciados precedentes, mas também projeta enunciados-resposta futuros, que decorrem da compreensão responsivo-ativa do leitor/ouvinte. Bakhtin é bem claro a esse respeito, quando nos ensina que:

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 1992, p. 272).

As duas cartas que se seguem foram colhidas da Revista *O Globo* e datam do dia 25 de abril de 2010. Dados os limites estabelecidos para este trabalho, só nos será possível fornecer um recorte de análise.

(1) A colecionadora

Gostei muito da reportagem sobre as pessoas que colecionam álbuns de figurinhas de futebol. Viajei no tempo, pois, enquanto criança, eu **curtia muito**, nos anos de Copa do Mundo, trocar figurinhas com os amigos, até completar todo o álbum. Hoje, na idade adulta, continuo colecionando meus álbuns e figurinhas, que, para mim, são uma terapia saudável e divertida.

(2) O circo

É com tristeza que constato o depoimento do doutor Márcio Torres dizendo que, na tragédia do circo, **“O Hospital Antonio Pedro estava fechado”**. O hospital estava em greve. Foi reaberto na marra, sim, mas graças à garra e à

coragem do prefeito de então, Dalmo Oberlaender, acompanhado de seu falecido filho, Geraldo Fabiano, e deste escreve, que tinha 11 anos, um pouco depois de ter escapado das chamas.

As duas cartas supra-apresentadas revelam, em sua materialidade, recursos que marcam tanto posicionamento do autor quanto intertextualidade. Na primeira carta, observa-se o uso de verbos (gostar, curtir), acompanhados de intensificadores, e adjetivos (saudável e divertida) que marcam avaliação positiva, isto é, a atitude subjetiva do autor se expressa numa valoração da reportagem e da prática de colecionar e trocar figurinhas do álbum da Copa do Mundo. As formas “gostei muito” e “(eu) curtia muito” atualizam a modalidade de afeto da valoração.

Na segunda carta, o autor representa-se no enunciado, demonstrando uma atitude de valoração negativa, conforme atesta a estrutura “é com tristeza”; mas julga positivamente o comportamento do prefeito. A construção “é com tristeza”, com a qual o autor projeta no enunciado uma atitude valorativamente negativa a respeito do depoimento do doutor Márcio Torres, marca a modalidade de afeto. Note-se também que o autor incorpora ao seu texto/discurso o texto de outra fonte (o prefeito), o que configura o fenômeno de intertextualidade. De outra perspectiva, podemos ver aí também a polifonia, na medida em que o autor faz ouvir em seu discurso a voz de outro enunciador (o prefeito). Acrescente-se que é a partir da incorporação da voz do outro que o autor se posiciona argumentativamente; ele se apoia na voz do outro, para dar à sua argumentação o poder de abalar a credibilidade do prefeito. Ao evocar a voz do prefeito, o autor põe a nu a ingenuidade dele (prefeito) em anunciar um fato (a inacessibilidade ao hospital) que acaba por confirmar a sua incompetência.

Cabe ressaltar o caráter pessoal deste gênero, expresso no uso da primeira pessoa, que marca a presença do locutor/ autor. O arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Valoração posto a serviço do trabalho, em sala de aula, com o gênero discursivo Cartas do Leitor, contribui significativamente para o desenvolvimento da competência de leitura dos estudantes, na medida em que os orienta na prática de mapeamento não só das marcas da presença do autor, mas também das estratégias argumentativas de que ele lança mão. Do reconhecimento destas marcas depende a compreensão da orientação argumentativa atualizada no texto.

Foi-nos forçoso calar, em nossa análise, referências à instanciação das outras duas categorias que marcam o posicionamento de atitude, em que pese nosso reconhecimento de que elas devem ser também contempladas na atividade de leitura em sala de aula, que tome para objeto de atenção tanto do professor quanto dos estudantes as cartas de leitores. As marcas de afeto inscrevem no texto a presença do autor, na medida em que, através delas, ele projeta sobre o texto uma atitude e/ou um sentimento que serve à valoração positiva ou negativa das situações ou acontecimentos textualmente representados.

Considerações finais

No presente trabalho, procuramos mostrar a pertinência da Teoria da Valoração para o ensino da produção de leitura mediante uma análise que destacou a ocorrência de expressões indicativas da categoria de afeto, as quais não só marcam a presença do autor em seu texto, como também contribuem para a apreensão da orientação argumentativa assumida pelo autor. Conquanto nos tenhamos situado, no horizonte de nossas reflexões, no espaço da sala de aula, nossa abordagem se propôs tão-somente a mostrar a pertinência da Teoria da Valoração para o ensino de leitura; de modo algum, nosso objetivo básico previa uma proposta de aplicabilidade da referida teoria a partir de um *corpus* representativo de atividades realizadas em sala de aula. Se nisso reside uma limitação de nosso trabalho, não se segue daí que haja alguma incongruência entre o desenvolvimento do texto e aquele objetivo.

Esperamos que tenha ficado claro como é possível, ancorando-se na materialidade do texto, trabalhar o gênero discursivo *cartas de leitor* numa perspectiva dialógica, a qual recobre as diversas relações estabelecidas entre textos produzidos por, pelo menos, dois interlocutores diferentes. Dadas as limitações de espaço previstas pela produção de um trabalho desta natureza, não nos foi possível empreender uma análise que desse conta dos muitos aspectos recobertos pelas questões da valoração, dialogismo e intertextualidade. Não obstante, se logramos êxito na tentativa de iluminar um caminho pelo qual a questão da função-autor pode ser abordada e discutida, tendo em vista o desenvolvimento de um ensino de leitura que leve os estudantes a perceber algumas das formas pelas quais o autor se faz sujeito do discurso, deixando marcas de sua presença no texto, as quais

determinam uma orientação argumentativa, esperamos que esse trabalho tenha conseguido reivindicar um lugar entre as contribuições teórico-metodológicas alinhadas com a LSF.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 261-306.

BAZERMAN, Charles. The life of genre, the life in the classroom. In: BISHOP, Wendy; OSTROM, Hans (Ed.). **Genre and writing: issues, arguments, alternatives**. Portsmouth: Heinemann, 1997.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 225-234.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DEVITT, Amy. **A theory of genre. Writing genres**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

HALLIDAY, Michael A. K.; Hasan, Ruqaiya. **Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-semiotic Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HEIMAS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A proposta sócio-histórica de Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree (Org.). **Gêneros, teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça; Vanda Maria Elias. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTIN, James. Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. In: Huston, Susan; Thompson, Geoff (Ed.). **Evaluative texts**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, James; WHITE, Peter. **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2005.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva**. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, Bruno de Andrade. Marcas de valoração em cartas de leitores: a instanciação da categoria de afeto. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 65-79, jun.2015.

MEYER, Rosa M. de Brito. **Discurso: Modalização e Adesão**. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O GLOBO, Ano 5. n° 247, 25 abr. 2010.

SWALES, John. **Genre analysis: English in academic and research settings**. New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, Geoff. **Introducing Functional Grammar**. London: Arnold, 2004.